Estações arqueológicas e limites: política e práctica de arqueologia no Moçambique pós-colonial

Décio Muianga
Énio Tembe
Sheila Machava

d.muianga@kaleidoscopio.co.mz

kaleidoscopio
Pesquisa em Políticas Públicas e Cultura

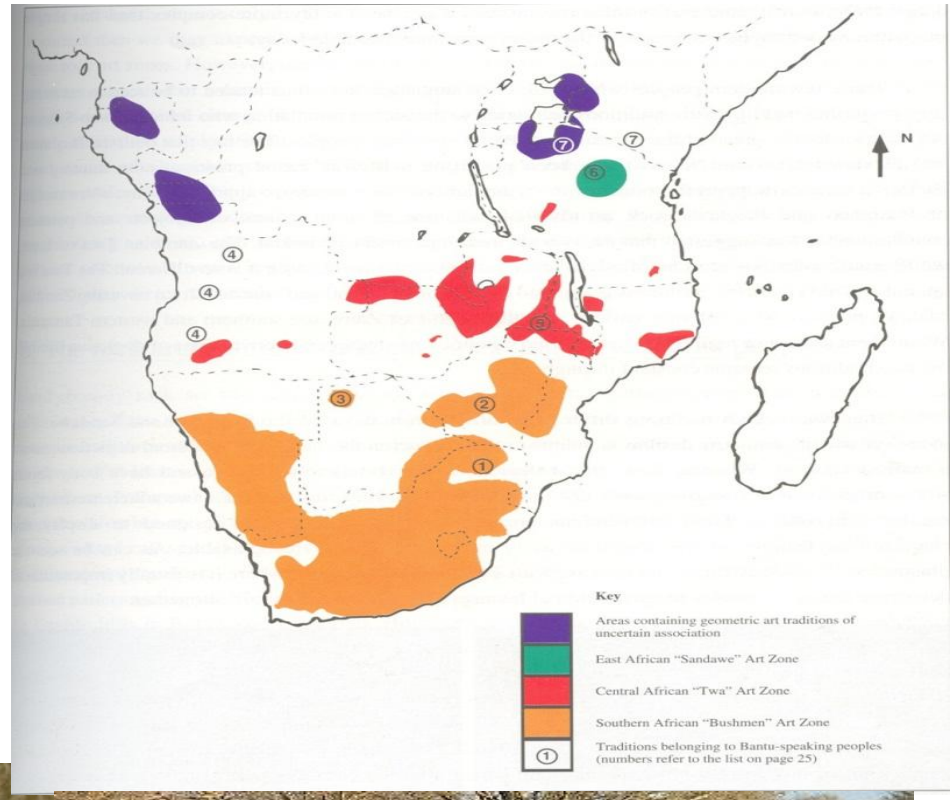
Moçambique

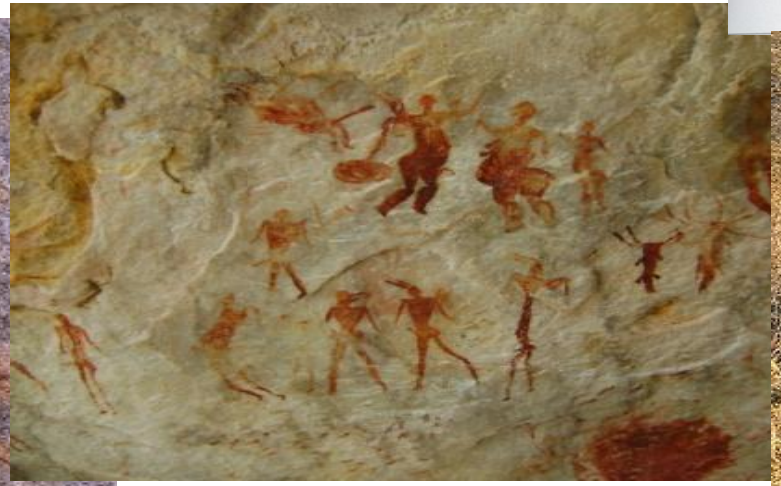
MALAWI
ZAMBIA
ZIMBABWE
MADAGASCAR
NAMIBIA
BOTSWANA
MOZAMBIQUE
SWAZILAND
LESOTHO
SOUTH
AFRICA
0
400 km

TANZANIA
Lake
Nyasa
ZAMBIA
Monte
Binga
Lichinga
Pemba
MALAWI
Cidade
de Nacala
Nampula
Tete
Zambezi
Quelimane
Chimoio
ZIMBABWE
Beira
Mozambique Channel
Malvérnia
Inhambane
MAPUTO
SWAZ.
SOUTH
AFRICA
INDIAN
OCEAN
0 100 200 km
0 100 200 mi

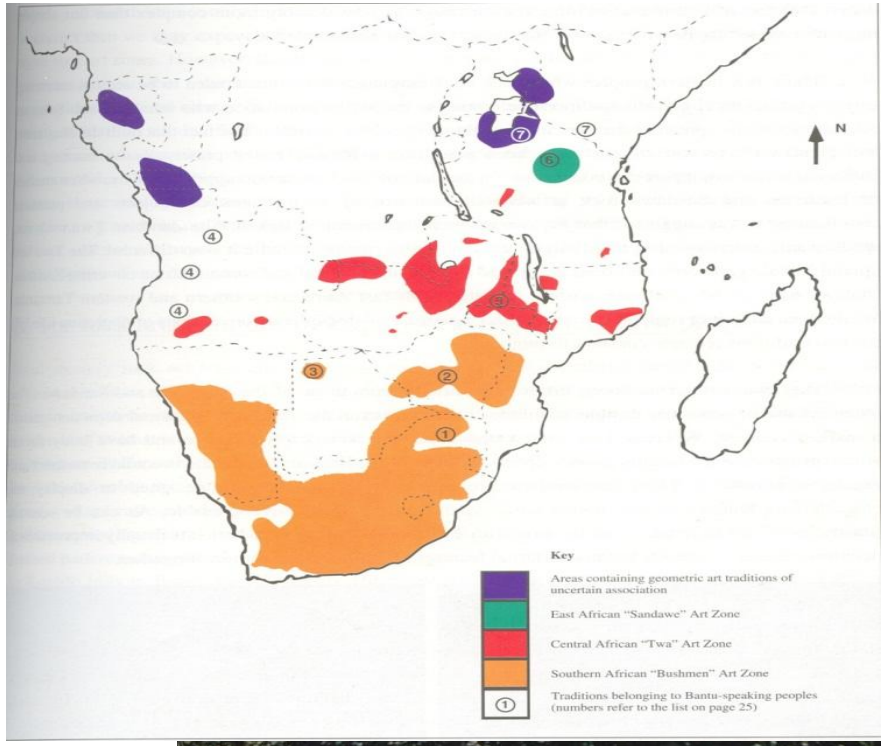
- Moçambique liga com a África Oriental porque está localizado no inicio do Vale do Rift

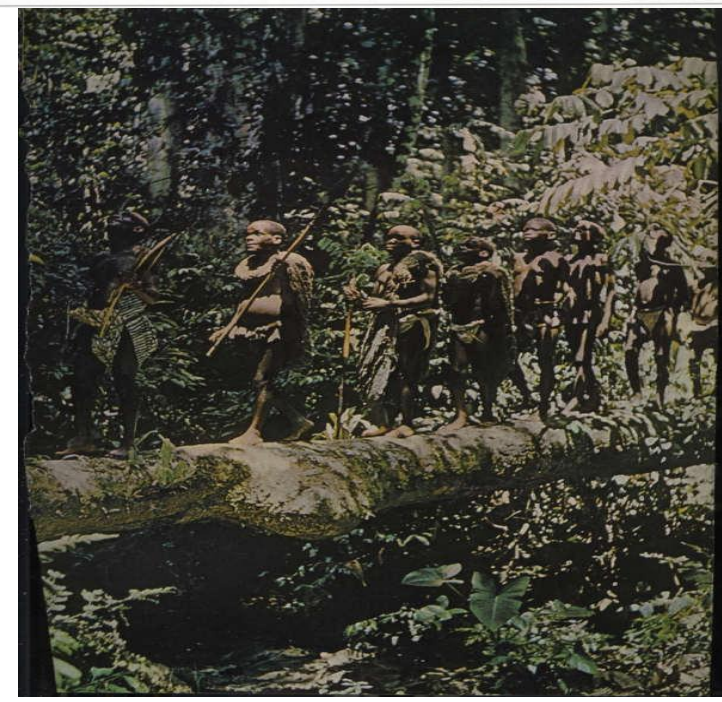
Sul do Rio Zambeze (San/Bosquimanos)





Norte do rio Zambeze (Twa)





Cronologia

AD

1498

1975

2012

2017

Cronologia

Hamoud bin Mohammed Al-Said
Sultan of Zanzibar (1853-1902)

BC

Jesus Christ

AD

4 000 000

0

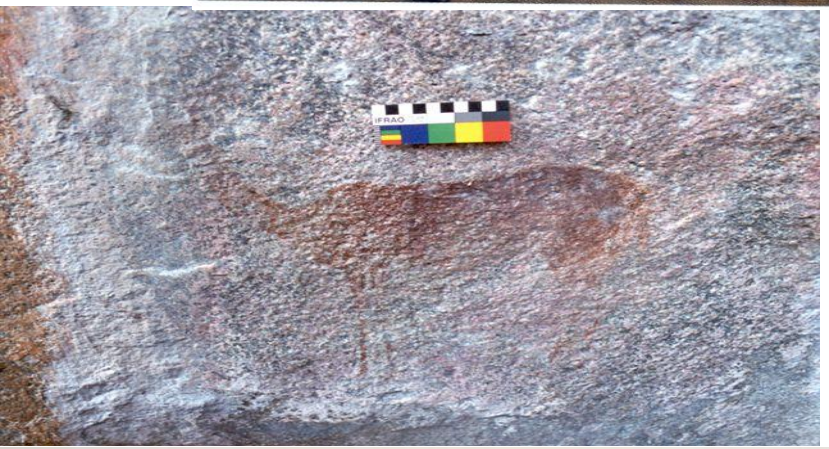
2 000

Century IX

Estações arqueológicas em Moçambique

Artefactos

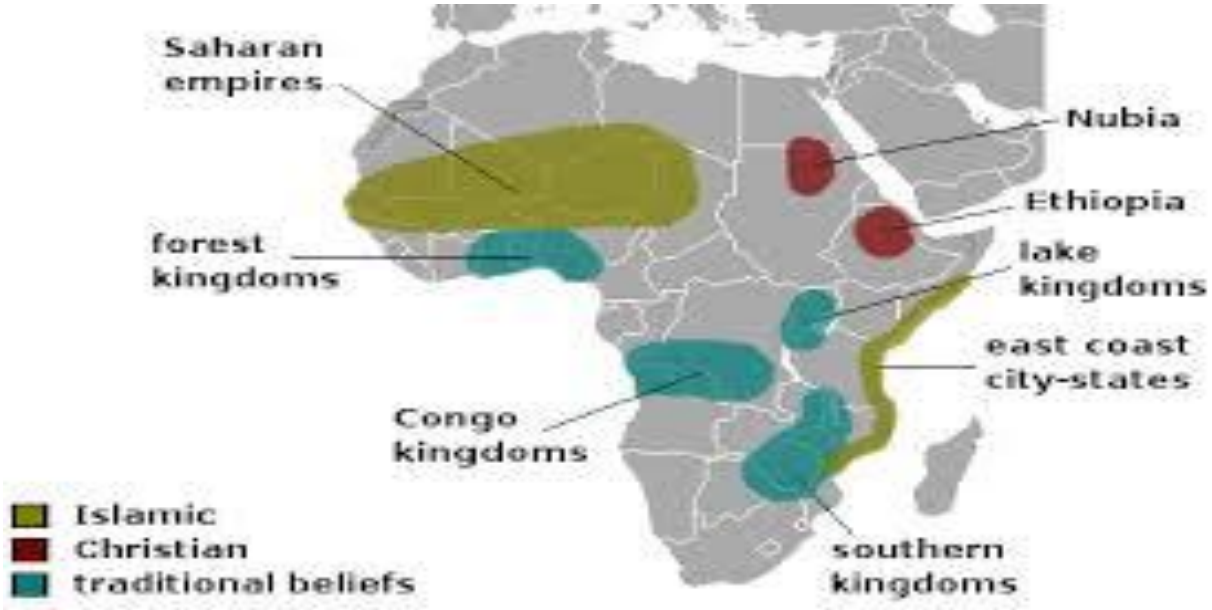
4A: Indo-Pacific beads from Pont Drift (some tubular greens may be K2 types)
4B: Indo-Pacific from Schroda
4C: Indo-Pacific brownish reds from Mapungubwe
4D: Indo-Pacific beads from K2 (blue-greens may be K2 types)
4E: Khami period Indo-Pacific beads from Faure
4F: Indo-Pacific beads from Kilwa
4G: Beads from Kilwa: Frontispiece Chittick (1974b)
ate 4: Indo-Pacific Series

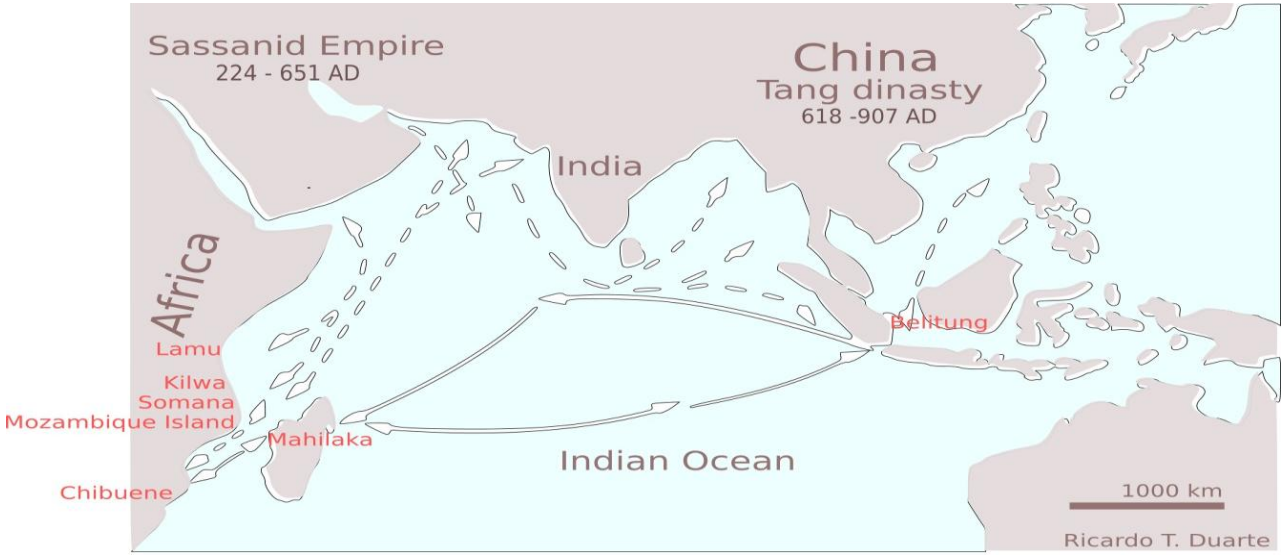


Comércio no Oceano Indico

- A região costeira moçambicana ligada ao comércio do Oceano Índico desde o século IX (árabes e asiáticos primeiro).

  Colonização portuguesa do século XV (durou 500 anos até 1975)





Indian Ocean trade networks second half of the first millenium with some places mentioned in text.

OVANHA

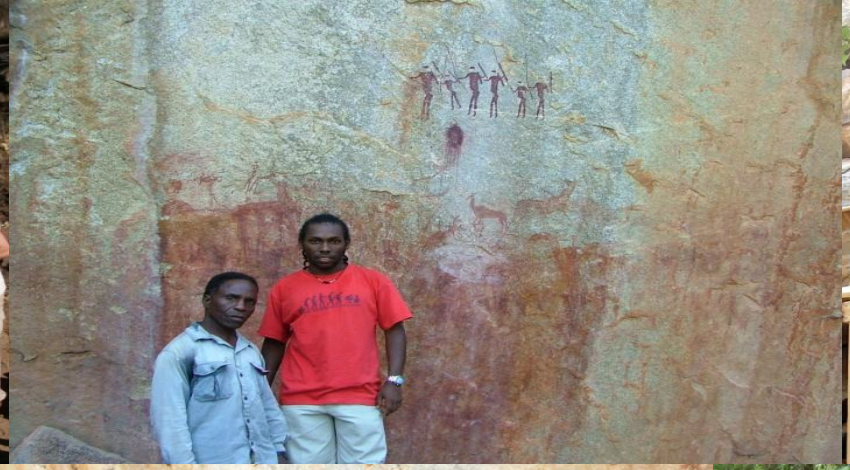
Arqueologia maritíma

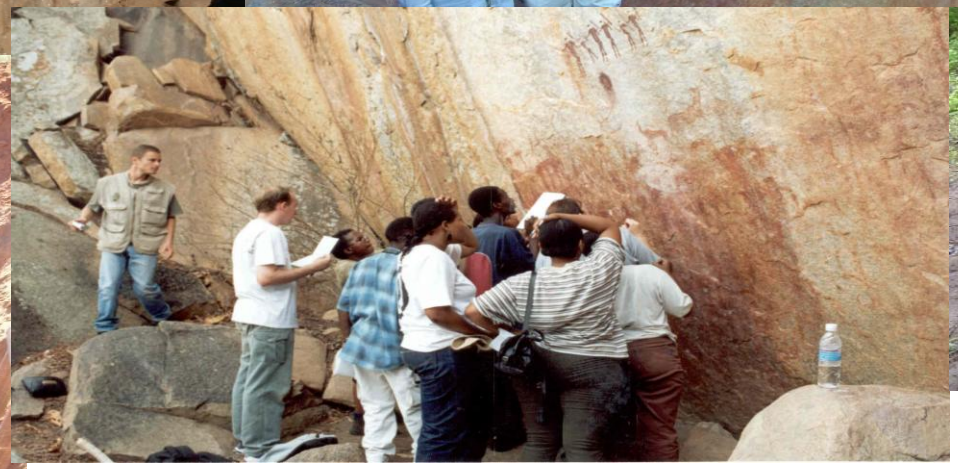
Forte dinâmica comercial desde a presença Árabe;

Não foi estimado o número de escravos foi retirado de Moçambique desde o século IX até os dias modernos.

História de rebelião e resistência nos navios escravos.

11/29/2016 07:49





Enquadramento legal e proteção patrimonial

- 1943, foi adoptada a primeira legislação de conservação cultural (Diploma Legislativo nº 825) e criou um crime para destruir qualquer sitio que tivesse interesse científico.
- 1947 criou a Comissão Nacional de Monumentos e Relíquias Históricas (CNMRH).

Ex: Focada na conservação do património imobiliário e na proteção dos monumentos coloniais portugueses, como edifícios, igrejas e fortalezas.

1977, os Serviços Nacionais de Monumentos e Museus (SNMM) - para construir um quadro arqueológico para a educação popular e preservar uma nova herança cultural parte da nova identidade do Estado;

1981 O SNMM fez uma campanha nacional para inventariar, classificar e preservar recursos patrimoniais tangíveis e intangíveis no país.

Como resultado desta campanha foi criado o Arquivo do Patrimônio Cultural (ARPAC).

- Lei 10/88 de 22 de Dezembro – Determina a Protecção Legal dos Bens Materiais e Imaterias do Património Cultural Moçambicano.
- Decreto 27/94 de 20 Julho – Aprova o Regulamento do Patrimonio Arqueológico e a Composição do Conselho Nacional do Património Cultural.
- Estabeleceu os princípios e normas para a realização de trabalhos sobre evidências pré-históricas/históricas e para a conservação de objectos e monumentos no território nacional

- O quadro legal para protecção do patrimônio em Moçambique é resultado do contexto político e econômico que o novo país passou desde 1975 até o final da Guerra Civil em 1992.
- Apesar das desigualdades e omissões como consequência do processo de construção um novo estado, ele protege o patrimônio tangível.
- Para a implementação da legislação e gestão do patrimônio é crucial o envolvimento de diferentes partes interessadas, e aqui o papel das comunidades locais é um aspecto fundamental.

- O quadro jurídico para património arqueológico não está actualizado e deixa espaço para diferentes interpretações, mas o aspecto mais problemático é a falta de cumprimento pelo próprio Estado;
- Visível o pouco investimento do Estado na capacitação das instituições nacionais do patrimônio com meios e recursos humanos (o Direcção Nacional do Patrimônio tem escassez de pessoal e funciona com fundos limitados) para proteger o passado pré-histórico e histórico;

Padrões internacionais, regionais e melhores prácticas de gestão patrimonial arqueológica

- Convenção da UNESCO para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial (1972);
- Corporação Financeira Internacional (IFC) - Padrão de Desempenho 8 sobre Patrimônio Cultural (Banco Mundial 2012);
- A Associação de Arqueólogos Profissionais da África Austral;

Estações arqueológicas, limites: arqueologia de salvaguarda versus projectos de desenvolvimento

- Analisando as definições do estação arqueológico, é quase sempre difícil delimitar um sítio e seus limites;
- Assim, o levantamento arqueológico é um tipo de pesquisa de campo pela qual os arqueólogos buscam sitios arqueológicos e recolhem informações sobre a localização, distribuição e evidências da organização de culturas humanas passadas em uma área grandes (por exemplo, pode ser em um excesso de um hectare e muitas vezes em excesso de muitos km2);

- "Todos os projectos que impliquem obras de escavação, remoção ou alargamento de terras, ou a remoção de objectos submersos ou soterrados, deverão incluir trabalhos de prospecção arqueológica preliminar e de arqueologia de salvaguarda, na área abrangida pelas obras, devendo incluir para tal efeito no respectivo orçamento uma dotação não inferior a 0,5 por cento do custo total das obras."
- in - Regulamento de Protecção do Património Arqueológico e a composição do Conselho Nacional do Património Cultural, Decreto n° 27/94 de 20 de Julho de 1994, Capítulo III, Artigo 12

- Rever a legislação para enfrentar os desafios que os projetos de desenvolvimento trazem em um contexto de exploração sustentável dos recursos naturais.
- A coordenação entre diferentes ministérios pode possivelmente fazer cumprir a legislação, mas, o mais importante, preservar as evidências arqueológicas que são importantes para a reconstrução da nossa identidade nacional que é resultado do contacto entre as comunidades antigas locais e o resto do mundo.
- Para alcançar esse objetivo, os Estudos de Impacto Ambiental devem cumprir a Estudos de Impacto Arqueológico e seguir a necessidade legal de arqueologia de salvaguarda estabelecida em nossa legislação patrimonial para evidências arqueológicas:

Obrigado pela atenção!